



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS
V.1, N.1, 2018

ARQUEOLOGIA, TURISMO E HISTÓRIA E O PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PNSC/PI

ARCHEOLOGY, TOURISM AND HISTORY AND THE PARQUE NACIONAL SERRA
DA CAPIVARA – PNSC/PI

Michel Justamand¹ | Pedro Paulo A. Funari² | Andrés Alarcón-Jimenez³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo relacionar, mesmo que brevemente, os conceitos de arqueologia, turismo e história. Essa intenção tem por fim, último, apontar as possibilidades do turismo no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI, localizado no sudoeste do estado brasileiro do Piauí. O parque foi identificado como patrimônio da humanidade pela UNESCO, ainda em 1991, mas ainda tem gerado pouca atração turística, segundo a ótica dos autores, se comparado a outras atrações, com a mesma alcunha da instituição no mundo. Em outras partes milhões de turistas recorrem aos monumentos e ou parques listados, gerando divisas e amplificando saberes e conhecimentos sobre a história mais antiga desses locais. Dessa forma, se valoriza e reconhece o passado de lugares, muitas vezes, esquecidos, além de permitir reflexões novas sobre os vestígios arqueológicos. Alguns que são, tão ricamente, observáveis, em especial, no PNSC, para entre seus futuros usuários. Dessa forma, introduzimos o texto com a história da ciência, temos por objetivo amplificar as reflexões sobre essa temática, tivemos como método o levantamento bibliográfico e de campo, que um dos autores realiza no parque e em sua circunferência, desde 1996. Assim, temos como resultados a apresentação de imagens que podem contribuir para os/as futuros/as turistas se interessarem por conhecer mais sobre o parque. Concluimos com a importância da permanência da existência desse parque e de outros para o incremento de saberes e conhecimentos socioculturais, pedagógicos e políticos.

PALAVRAS-CHAVE

Serra da Capivara, Turismo, Arqueologia.

ABSTRACT

This article aims to relate, even briefly, the concepts of archeology, tourism and history. This last intention is to point out the possibilities of tourism in the Serra da Capivara National Park - PNSC / PI, located in the southwest of the Brazilian state of Piauí. The park was identified as a World Heritage site by UNESCO in 1991, but has still generated little tourist attraction, according to the authors' perspective, compared to other attractions, with the same nickname of the institution in the world. Elsewhere, millions of tourists resort to listed monuments and parks, generating foreign exchange and amplifying knowledge and knowledge about the oldest history of these places. In this way, one appreciates and recognizes the past of places, often forgotten, and allows new reflections on the archaeological remains. Some who are, so richly, observable, especially in the PNSC, among their future users. Thus, we introduced the text with the history of science, we have as an objective to amplify the reflections on this theme, we had as method the bibliographical and field survey, that one of the authors has done in the park and in its circumference since 1996. Thus, we have as results the presentation of images that can contribute to future tourists interested in knowing more about the park. We conclude with the importance of permanence of the existence of this park and of others for the increase of socio-cultural, pedagogical and political knowledge and knowledge.

KEYWORDS

Serra da Capivara, Tourism, Archeology.

INTRODUÇÃO

A História da Ciência é sempre um tema controverso. Há uma longa e respeitada tradição que considera a ciência como acumulação de conhecimento, de geração em geração, que constrói a partir de avanços e descobertas prévias. Sobre os ombros dos gigantes, um pequeno passo pode ser considerado progresso, como consideravam os nossos mestres renascentistas. Esse tipo de aproximação foi descrito por alguns como colocar a ênfase em fatores internos que afetam mudanças em qualquer disciplina acadêmica. Com efeito, Erastóstenes, no 3 século A.C. não teria sido capaz de calcular sem os experimentos prévios e os razoamentos de matemáticos e geógrafos que lhe precederam (BOZIC; DUCLOY, 2008). Ele construiu a partir de ideias prévias e isso não o disputamos. Mas podemos acrescentar dois elementos: O contexto alexandrino e o destino dessas suas ideias. A Biblioteca Alexandrina, instituição acadêmica que foi produto do movimento imperial alexandrino, se afastando das polis da Antiga Grécia, é um fator chave para explicar seu logro, mais além da limitada influência das pequenas cidades e estando relacionado com o império e a visão de mundo. Foi um movimento que dependeu do cambio da cidade ao mundo, da polis à cosmopolis (MCLEOD, 2005).

Em um par de séculos, o planeta já não era mais considerado redondo nem a medida precisa da circunferência da Terra de Erastóstenes era considerada correta. Durante centos de anos, o planeta se “tornou” plano e nenhum matemático grego, geógrafo ou filósofo, mesmo sendo conhecidos, bastaram para mudar essa forma de olhar o planeta de outra forma. A Ciência não estava sendo construída sobre os predecessores, mas sobre mudanças nas crenças. Assim, mais importante do que a acumulação de conhecimento, os contextos históricos, sociais e políticos são essenciais para determinar e explicar mudanças na ciência. Isso denomina-se também “aproximação externa” à História das ciências. Nela se faz ênfase em como as circunstâncias sociais prevalecem na hora de dar forma ao pensamento científico, como o fez Thomas Patterson (2001) que discute a história social da antropologia nos Estados Unidos e o nosso olhar principal nesse livro. Em palavras da filosofia continental, pensando em autores como Heidegger, Wittgenstein, Derrida e Foucault, entre outros, este olhar também pode se considerar como uma forma de se focalizar no que se pode pensar e no que pode ser dito em certas circunstancias. Qualquer que seja o nível de sofisticação da nossa compreensão, seja o pragmático olhar filosófico anglo-saxão ou os olhares continentais, mais intrincados e abstrusos (HUNTER, 2006), é claro que há muito mais do que acumulação de conhecimento, o qual é o nosso principal eixo no desenvolvimento do argumento aqui. Turismo e história devem ser entendidos no contexto histórico, para dize-lo de outra forma. Eis o argumento que norteia nossa metodologia.

O turismo e a história estão ligados desde as suas origens. Nos tempos da invenção da História, no século 5 a.C. ela é resultado de viagens. Heródoto (484-424 a.C.) é considerado popularmente o primeiro historiador -na tradição ocidental-seguindo a descrição que do autor helicarnassiano fez Cícero: pai da história escrita (De legibus 1.1.5: pater historiae). Heródoto foi o primeiro grego que usou o termo história querendo dizer pesquisa como se referindo à narrativa histórica. Nos tempos modernos, Heródoto também foi considerado como pai de outras disciplinas como a etnografia, a geografia e, inclusive, dos estudos sobre turismo, considerando o papel chave que teve, nas suas viagens e na sua escrita, o contato com as pessoas e lugares. Heródoto continuava, de certa forma, a mais venerável das tradições da literatura dos povos de fala grega do seu tempo, porque a Odisseia, a épica fundacional, era uma descrição das viagens do Odisseu. Heródoto, porém, não tinha a pretensão de ser um escritor de épicas estórias, ele queria apresentar um novo gênero literário na tradição dos antigos naturalistas: a escrita da história, a história escrita. A história estava enraizada na experiência do mundo – uma classe de experiências ligadas a um mundo parecido, mas diverso daquele do Homero-, seus povos – no sentido brasileiro do termo, ligado ao conceito histórico-cultural de *volk*- e lugares, pelas viagens. Heródoto não foi o primeiro historiador, mas também foi o primeiro turista e guia de turismo.

Continuando ainda na Antiguidade Clássica, a primeira guia turística de verdade é de Pausanias (115-180 d.C.), mesmo não sendo uma narrativa histórica, girava ao redor do passado, monumentos do passado, para que a experiência do turista antigo dependesse da história (PRETZLER, 2007). Como afirma Lomine (2005), houve sim, turismo na Antiguidade. O moderno Grand Tour não é tão diferente da proposta de Pausanias de visitar velhos e veneráveis sítios, procurando por ruínas de um passado grandioso que inspirasse o presente. O tour tem estado no coração da experiência cultural, sobretudo quando entramos em contato com ruínas antigas. A história moderna e, ainda mais, a arqueologia, se modelaram pelo mesmo ímpeto, pelo desejo de visitar sítios antigos, sobretudo prédios decadentes, estatuas antigas e outros artefatos. Turismo, história e arqueologia estão assim interligados desde tempos remotos. Não é coincidência que uma grande parcela do turismo contemporâneo esteja relacionada com sítios de interesse histórico ou arqueológico.

A sociedade moderna, particularmente desde que aumentou a prosperidade das classes médias, experimentou o aparecimento de novas formas de fazer turismo e da renovação do interesse pelo passado. O turismo de massas significou que mais pessoas ao redor do mundo podiam se deslocar a lugares perto ou longe dos seus lares. Isso tem sido uma contínua tendência em crescimento desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); cresceria ainda mais desde o fim da Guerra Fria (1947-1989), pela ascensão do capitalismo nas antigas economias socialistas da Europa Oriental, na Rússia e sobretudo, na China. Visitantes do alcázar de Lisboa (Castelo São

Jorge), Chichen Itzá (México) ou Angkor (Camboja) são resultado direto dessa procura secular pelo passado, disponível agora não só para as elites mas para as pessoas ordinárias.

Há prevalecido, porém, a procura pelas ruínas dos grandes impérios e elites do passado. Vários acadêmicos associaram esse fato a práticas e ethos reacionários e regressivos. Walter Benjamin disse “não teria havido jamais um documento da cultura que não é simultaneamente um da barbárie” (On the concept of history, VII: Es ist niemals ein Dokument der Kultur, ohne zugleich ein solches der Barbarei zu sein). Bertolt Brecht (1967) nos lembrava, nos anos 30 do século XX, que os monumentos foram frequentemente erigidos pelo trabalho escravo, no seu “A worker reads history”. Mesmo considerando essas aproximações críticas ao turismo cultural, devemos considerar que vários estudos apontam ao potencial da promoção da consciência histórica, crescimento pessoal, solidariedade humanista e, inclusive, luta pelos direitos humanos.

Em qualquer caso, temos um campo do turismo cultural na frente para a promoção do humanismo e dos direitos humanos: as visitas aos sítios pré-históricos. Antes, e principalmente, as sociedades pré-históricas não se construíram a partir da exploração laboral e não tinham divisão de classes: visitas a esses sítios pré-históricos não podem ser consideradas como homenagem a barbárie da civilização. Ainda mais, os sítios pré-históricos referem-se a povos sem escrita do passado distante, os “nossos” ancestrais, que provam sem disputa a unidade da Humanidade e da Cultura. Fica claro que o turismo nos sítios pré-históricos pode iluminar as pessoas e gerar nelas um ethos humanista (HOFFMAN; KWAS; SILVERMAN, 2002).

É nesse contexto no qual podemos estudar o turismo nos sítios pré-históricos e aqueles catalogados pela UNESCO como parte do patrimônio mundial. Tomou-lhe algum tempo à UNESCO prestar atenção a esses sítios e isso tem múltiplos motivos, entre os quais se destaca, por exemplo, o fato das nações – suas tradições inventadas – não os incluíse como parte relevante da sua narrativa sobre a identidade nacional até os últimos anos. Relacionamos essa abertura nova com, por exemplo, os movimentos antirracismo e anticolonialismo ao redor do mundo. Lévi-Strauss teve um papel importante, resultado dos esforços da UNESCO por se comprometer na promoção dos direitos humanos, quando ele publicou sua obra seminal sobre a raça no ano de 1952 (LÉVI-STRAUSS, 2007). O antirracismo estava na raiz das lutas anticolonialistas e a humanidade comum era o novo conceito chave desse mundo novo. Em um par de décadas, ter-se-ia uma maior preocupação com a aceitação de uma variedade de comportamentos sociais na forma de mais formas e expressões de exortação pública a favor deles. Os movimentos libertários se espalharam por todos os lados. O fato de que o comportamento pré-histórico e nativo-moderno não era o mesmo que “os tradicionais”, serviram para o propósito de criticar princípios de crenças e de comportamento enraizados em modelos modernos de repressão e normatização.

REFLEXÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Brasil possui um enorme território. Sua área (8,514,877 km²) é duas vezes maior do que a União Europeia (4,324,782km²), sua população calcula-se em 207 milhões de pessoas e o GDP é de US\$ 2.493 trilhões. Não podemos falar da Serra da Capivara sem contextualizá-la em relação à arqueologia nesse país (FUNARI, 2014).

As campanhas militares napoleônicas na Europa ameaçaram os velhos regimes monárquicos em toda a região e a coroa e a corte portuguesa decidiram, com apoio britânico, deslocar a capital de esse poder colonial, de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808; foi um movimento único do centro à periferia em tempos modernos. Todas as redes do poder se tenderam então na colônia transatlântica que foi elevada a parte integral do Reino Unido de Portugal, Brasil e os Algarves, rompendo com sitio militar, a trasladar, então, para lá não só a capital, mas as cortes, a biblioteca, o museu e muito mais. Um par de anos mais tarde, Napoleão seria derrotado e a Corte ver-se-ia no dilema de retornar para Lisboa. Após algumas hesitações, Joao VI decidiu voltar para Europa, deixando seu sucessor, Pedro, no comando do Brasil. Ele declararia, em 1822, a independência brasileira de Portugal. Pedro I estabeleceria a arqueologia brasileira como tal, ao trazer no país os primeiros artefatos arqueológicos – no sentido clássico da época – como múmias e outros materiais (FUNARI; FUNARI, 2010). Mais tarde Pedro viajaria a Lisboa reclamar seu trono como Pedro IV, deixando seu filho Pedro II, como imperador do Brasil. Ele reinaria lá desde 1830 até 1889.

A arqueologia floresceria durante esse período. Pedro II era um monarca absoluto ilustrado, no molde de Pedro o Grande da Rússia. Dom Pedro II se casaria com uma princesa napolitana e adquiriria material arqueológico de Pompeia, Etrúria e outras partes. O Museu Nacional, no Rio de Janeiro, visava rivalizar com o British Museum e com o Louvre e, assim, ademais, se distanciando do poder colonial português. O Imperador estabeleceria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a contraparte da Academia Francesa (FERREIRA, 1999; 2010). Nesse programa, a arqueologia teve um importante papel, pois por médio dela, se procurava desenvolver uma base para a cultura nacional brasileira a partir do Mundo Antigo (Mundo clássico e Egito) e do Novo Mundo (arqueologia pré-histórica). Durante várias décadas a arqueologia esteve no centro da ideologia imperial brasileira e isso explica seu temporão desenvolvimento.

A queda da monarquia levou ao declínio precipitado da atividade durante a primeira república oligárquica (1889-1930). O impulso imperial foi seguido por um profundo horror indígena, medo das raízes nativas, o que levou a arqueologia a perseguir metas mais humildes. Nos anos 30, do século XX, a forte influência do nacionalismo deu novos ímpetus à história e ao patrimônio: o ideal colonial deveria servir para construir a nação. O período colonial foi escolhido como o definidor da sociedade brasileira, particularmente durante o período da ditadura fascista do

Estado Novo (1937-1945), mas a arqueologia, como esforço acadêmico, começou nesse período como uma reação contra esse movimento (FUNARI, 1999).

Paulo Duarte (1899-1984) foi uma figura chave nesse movimento. Ele foi um democrata e ativista político durante os últimos anos da república oligárquica e contribuiu à fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (1934), modelada em uma aproximação humanista ao domínio acadêmico. Dentre os acadêmicos nesse meio, um jovem Claude Lévi-Strauss (1908-2009), teve um papel vital, como o teve Jean Gagé (1902-1986) e o Fernand Braudel (1902-1985), todos eles futuras figuras intelectuais francesas. O democrata Duarte não ficou no Brasil durante a ditadura de Vargas (1937-1945) e se exilou. Durante esse período seus ideais humanistas o conduziram à antropologia americana e francesa e à luta pelos Direitos Humanos, particularmente no que se refere aos povos nativos. O Musée de l'Homme serviu-lhe como modelo para considerar os povos nativos tão importantes quanto outros humanos. Sonhador, Paulo Duarte tinha um sonho, construir o Museu do Homem Americano seguindo o modelo francês.

Desde seu retorno no Brasil, Duarte liderou um movimento pelos direitos dos indígenas e, como consequência disso, pela arqueologia pré-histórica durante o período liberal compreendido entre 1945 e 1964. Ele mobilizou pessoas ordinárias ao redor de cursos sobre pré-história, arqueologia e o “Homem” americano – *american man*, como se lhe denominava na época (pois “man” em português significa, como no caso do termo francês “*homme*”, ser humano). Ele conseguiu uma Comissão da Pré-História e logo o Instituto Pré-Histórico, o qual conseguiu ligar à Universidade de São Paulo, um movimento importante pois levou a arqueologia a um entorno acadêmico pela primeira vez no Brasil. Como consequência a sua amizade com Paul Rivet (1876-1959), Duarte pode atrair pela primeira vez arqueólogos profissionais para trabalhar no Brasil. Com efeito Joseph e Anette Laming-Emperaire (1917-1977), discípulos do Rivet, e importantes pré-historiadores que estudavam a arte rupestre como evidência de cultura humana, em oposição a noção tradicional de arte (cultura ou não) (POLONI, 2008). Isso era parte do movimento humanista proveniente do pensamento de autores como Lévi-Strauss, Marcel Mauss e André Leroi-Gourhan, todos eles enfatizando de formas diversas como os humanos somos todos capazes de representar o mundo por meio de símbolos. De novo, a pré-história não era somente um tema digno de ser estudado por motivos intelectuais, mas uma declaração sobre a própria Humanidade: todos somos portadores de cultura. Não é coincidência que a arte rupestre jogasse um papel especial, porque os desenhos e gravuras feitas nas paredes das cavernas e rochas revelam a mais humana competência de comunicação. Todos os humanos conseguem dominar uma linguagem.

Duarte e a sua arqueologia humanista floresceram durante um tempo. Graças aos seus esforços e aos seus aliados, envolvidos nas mesmas causas, o congresso aprovou a primeira e única lei de proteção ao patrimônio arqueológico em 1961. Porém, o país sofreria os efeitos do governo

da Ditadura militar por 21 anos (1964-1985). O humanismo, a pré-história e a arqueologia seriam atingidas gravemente. O Brasil experimentou uma onda de perseguições, exílios, assassinatos e desaparecimentos forçados (FUNARI, 1994). Duarte e seu Instituto também foram vítimas. Duarte foi expulso da USP em 1969 e o Instituto que coordenava foi confiado a um aliado das autoridades.

A luta contra a ditadura acelerou seus passos na década de 1970. Em 1979, uma anistia concedida pelos militares permitiu o retorno de vários exilados; os partidos políticos foram feitos legais de novo e se convocaram eleições para postos no governo em 1982. Isso permitiu uma maior quantidade e tipo de atividades políticas e acadêmicas. O fim da ditadura em 1985 marcou uma nova fase para o país e, assim, para a arqueologia. A disciplina ocupava pouco espaço dentro da academia. Durante esses últimos anos da ditadura, as humanidades e as ciências sociais tiveram um papel cada vez mais ativo no desenvolvimento do pensamento crítico e de uma academia independente. Duarte foi expulso da USP, mas estabeleceu uma forte posição intelectual em favor do Humanismo, o respeito pelos direitos humanos e uma disciplina estreitamente relacionada com a interpretação antropológica da cultura material.

A influência da arqueologia francesa foi, então, particularmente relevante por motivos teóricos e práticos. No domínio da interpretação, as aproximações semióticas e antropológicas permitiram o florescimento de marcos interpretativos que enfatizavam a “ingenuidade” dos indígenas, em clara oposição à linha oficial do PRONAPA que enunciava que os índios eram habitantes retrógrados de um ecossistema imutável de floresta tropical. Ainda mais, os métodos em campo introduzidos pelos franceses incluíam a atenção aos estratos arqueológicos naturais (em oposição aos artificiais utilizadas pelo pronapianos) e a métodos elaborados de registro da arte rupestre (em oposição a falta de atenção em relação a esse tipo de evidência pelos pronapianos que não gostavam muito dos símbolos). Mas de novo, no que respeita a temas práticos, os franceses vieram de um contexto democrático e fomentaram a colaboração dos acadêmicos brasileiros com um mundo intelectual mais amplo e, aliás, os financiaram. Isso explica o trabalho inovador de Niède Guidon, discípula de Duarte, que se encontrava exilada em Paris, onde teve a oportunidade de entrar em contato com inúmeros intelectuais e pode retornar ao Brasil nos anos 70, do século XX, e constituir o pioneiro Museu do Homem Americano na área mais remota e pobre do país: com efeito, tratou-se de um atrevido movimento simultaneamente acadêmico e político. O restauro do governo civil em 1985, a nova constituição de 1988 e o retorno do poder para os estados e as municipalidades levaram a novos desenvolvimentos na academia em geral e atingindo fortemente, assim, a arqueologia (FUNARI, 2014).

O PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PNSC NO PIAUÍ

O Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC foi reconhecido como patrimônio mundial em 1991, num processo que incluiu previamente o reconhecimento no nível local, estadual e nacional. Esse reconhecimento deu-se pela importância arqueológica do sítio, principalmente pela arte rupestre e as gravuras nas rochas, consideradas como únicas pelo seu magnífico estado de conservação. É um dos 24 sítios pré-históricos com o status de patrimônio mundial e um dos 19 sítios de arte, o primeiro reconhecido nas Américas. Lhe seguiriam sítios no México (1993), Peru (1994), Bolívia (1998) e Argentina (1999). É o único sítio brasileiro reconhecido como patrimônio mundial.

O parque está situado no sudoeste do estado de Piauí, Brasil, no Sertão, uma área seca que compreende 130.000 hectares e um perímetro de 214 km quadrados. Foi criado para preservar o sítio arqueológico durante a ditadura, em 1979 (GUIDON, 1991, 2006; GUIDON; BUCO; ABREU, 2010). Esse atuar foi resultado da já estabelecida missão arqueológica franco-brasileira e da abertura do regime militar (JUSTAMAND, 2010, p. 15). O parque inclui 1.158 sítios arqueológicos registrados, 800 deles com presença de arte pré-histórica manufaturada nos assentamentos humanos mais antigos do Brasil (PESSIS; MARTIN, 2014, p. 36).

A razão principal para o desenvolvimento do listado de sítios no parque inclui três principais:

1. A importância do meio ambiente, da fauna e da flora do Sertão, a Caatinga.
2. A relevância cultural do assentamento humano desde tempos antigos e...
3. O potencial do lugar para o turismo sustentável (GUIDON, 1991).

Há outros elementos importantes que valorizam o parque. Em particular pensamos em:

1. O enorme potencial para o desenvolvimento regional numa área muito pobre.
2. Os rasgos únicos da área, considerando que é uma área de fronteira ecológica, geológica e cultural.
3. O potencial do lugar para pesquisa acadêmica em diversas áreas.
4. A riqueza paleontológica, considerando que se registraram mais de trinta espécies de megafauna no parque.
5. A relevância da área para os estudos geológicos e geomorfológicos para os estudos da evolução tectônica na América do Sul.
6. O potencial para os estudos em espeleologia, pois na área encontram-se cavernas com fósseis.

7. A importância da área na compreensão da área geológica do vale do rio Paraíba, incluindo encostas, desfiladeiros e outros elementos da paisagem.
8. O enorme potencial para estudar a biodiversidade de plantas e animais (BARROS et al. 2011).

O parque inclui uma série de serras geológicas que foram usadas pelos habitantes pré-históricos para realizarem sua arte rupestre, milhares delas. Essas imagens representam o cotidiano: caça (JUSTAMAND, 2008), cenas de natureza sexual (JUSTAMAND, 2014), comidas, danças, religiosidade, brigas, violência (JUSTAMAND; OLIVEIRA; BELARMINO; FUNARI, 2017), jogos e muitos outros temas (JUSTAMAND, 2010) como relações de gênero (JUSTAMAND, 2012, 2014a) ou imagens fálicas (JUSTAMAND, 2015).

Como aconteceu isso? Como todos esses sítios foram reconhecidos como patrimônio em primeiro lugar? Esta também é uma história inspiradora. No período tardio do governo democrático (1945-1964), a arqueologia seguia um eixo humanístico graças a Paulo Duarte e sua pupila Niède Guidon. Um grupo de prefeitos que vieram do Sertão de Piauí, uma área muito pobre e subdesenvolvida, viajou até São Paulo e marcaram uma conversa com a pré-historiadora do Museu Paulista, uma jovem Niède Guidon. Lhe contaram que na “sua terra havia desenhos de nativos brasileiros” como lembra a própria arqueóloga. Entregaram fotografias do lugar e ela compreendeu a importância única do sítio. Desde então, Guidon decidiu trabalhar para o estudo e desenvolvimento do lugar.

Por muitos motivos, entre eles o golpe militar de 1964, ela teve de viajar a Paris e só conseguiria voltar no Brasil na década de 1970, com ajuda francesa. Nesse período somente cinco sítios eram conhecidos; hoje se registram centenas, próximos a mil deles. Guidon e seus parceiros lutam desde então pela proteção do patrimônio, do médio ambiente e dos sítios arqueológicos (JUSTAMAND, 2010, p. 33).

IMAGENS RUPESTRES NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

Apresentamos a seguir um pouco do que pode ser visto nas rochas do Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC. Entre os milhares de paredes e formações rochosas encontramos dispostas uma infinidade de cenas com representações do que os grupos ancestrais viam e se relacionavam naquela época. Algo que pode ser muito interessante para se conhecer atualmente. Tais representações contribuiriam para construirmos nossas reflexões sobre como pode ter sido a vida ancestral no país e se essas influências são notadas ainda hoje.

Assim, seguem cenas de pinturas rupestres representando animais, humanos e suas múltiplas relações cotidianas...



Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena de Animais no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



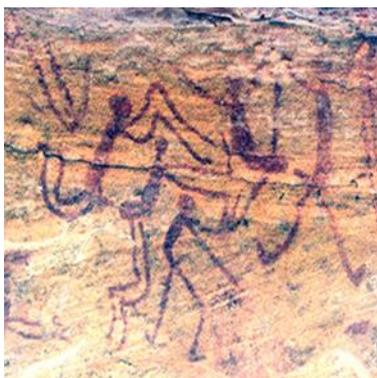
Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena de Ritual no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena de Dança no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena de Movimento no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



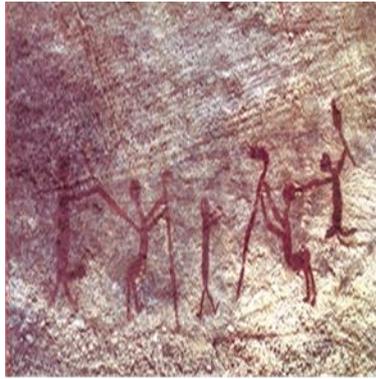
Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena do Sexo Grupal no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena da Penetração no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena do Ludismo no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena da violência no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC



Foto/Fonte: Acervo dos autores.
Cena da Violência Social no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Serra da Capivara introduz uma série de preocupações humanistas, primeiro no âmbito da arqueologia acadêmica brasileira e, portanto, nos estúdios do patrimônio. A Serra teve um papel chave ao reintroduzir sujeitos humanos na disciplina arqueológica nacional, pois a arte rupestre, mais além de qualquer dúvida, provava que os povos originários, mais ancestrais, locais produziram cultura, alta cultura na forma de pinturas simbólicas. Isso marcou uma ruptura com os olhares conservadores da época da Ditadura. Anunciavam-se tempos novos. Nas profundezas do nordeste brasileiro, no Sertão, Niède Guidon liderou a missão francesa em uma bonita paragem natural, a Serra da Capivara em uma região montanhosa (GUIDON; PESSIS, 2007).

A missão francesa foi lá estudar a arte rupestre; um dos primeiros resultados fantásticos do trabalho de campo nos 70, do século XX, foi uma datação de carbono de fornos associados a restos humanos. Esses achados iam contra a história aceita que diz que o lugar e a data dos os americanos entraram no continente – pela América do Norte – era de menos de 10.000 anos segundo o modelo associado as pontas Clovis. Isso significou questionar a narrativa tradicional por meio das novas evidências achadas. Guidon e seu time conseguiram analisar um enorme conjunto de materiais líticos e encontrar apoio em um momento na História do Brasil quando o poder voltava a estar em

manos dos civis. O contexto, nesse sentido, enfatizamos, ajudou a apoiar a tese de Guidon de que a presença humana nas Américas (em especial o território brasileiro) datava de 40.000 anos antes do presente.

No fim da década de 1980, Guidon foi, por um período de tempo, pesquisadora associada da Universidade Estadual de Campinas, a melhor universidade do Brasil atualmente, e caracterizada pela sua pesquisa inovadora e pela sua orientação em termos de difusão e popularização das ciências. Isso colaborou para que o pensamento de Guidon, que procurava fomentar o orgulho nacional entre os brasileiros, atingisse a opinião pública e fosse aceito por ela – pelos brasileiros – a tese baseada nas suas datações. Nesse processo, em menos de três décadas, conseguiu-se que esse conhecimento sobre o sítio arqueológico da Serra da Capivara se tornasse parte dos livros de texto escolares brasileiros.

Não só se tornou de conhecimento geral, mas também um dos temas arqueológicos mais populares nesse país (GUIDON, 1991, 2006). Porém, muitos arqueólogos brasileiros e uma incrível quantidade de pesquisadores estrangeiros não aceitam suas datações nem que o material lítico estudado por ela corresponda a sua definição de “objeto arqueológico”. A literatura em inglês sobre o povoamento americano recente não aceita suas datas. Suas teses concernentes ao povoamento do continente pelo Pacífico Sul, compreendido para datas de quase 70.000 anos a.P também tem estado sujeitas a criticismos. Mesmo assim, a arte rupestre estudada por ela é um potente símbolo do humanismo.

REFERÊNCIAS

BARROS, J.; FERREIRA, R.V.; GUIDON, N.; SILVA, U. J. C. L. P. **Projeto Geoparques: Geoparque Serra da Capivara – PI. SGM.** Brasília, 2011.

BOZIC, Mirjana; DUCLOY, Martial. Eratosthenes' teachings with a globe in a school Yard, **Physics Education**, 43, 2, 165-172, 2008.

BRECHT, B. **Fragen eines lesenden Arbeiters.** In: Werkausgabe. Frankfurt: Edition Suhrkamp, Auflage – Bd. 9; Abdruck mit freundlicher Genehmigung von Barbara Brecht-Schall, 1967.

FERREIRA, L. M. **Vestígios de civilização: a arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877).** Campinas, 1999.

FERREIRA, L. M. **Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FUNARI, P. P. A. **Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História.** Idéias, Campinas, v. 1, n. 1, p. 155-179, 1994.

_____. Brazilian archaeology: a reappraisal. In: POLITIS, Gustavo; ALBERTI, Benjamin. (Org.). **Archaeology in Latin America.** Londres: Routledge, p. 17-37, 1999.

_____; FUNARI, R. S. Ancient Egypt in Brazil: a theoretical approach to contemporary uses of the past. **Archaeologies**, v. 6, p. 48-61, 2010.

FUNARI, P. P. A. L'archéologie brésilienne au cours des vingt dernières années. **Perspective**, v. 2, p. 269-287, 2014.

GUIDON, N. **Peintures préhistoriques Du Brésil: l'art rupestre Du Piauí**. Editions Recherches sur les civilisations. Paris, 1991.

_____. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CARNEIRO, M. C. da (Org). **História dos índios no Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

_____; BUCO, Cristiane; ABREU, Mila S. de (Eds.). Global Rock. Art – Anais do Congresso de Arte Rupestre IFRAO 2009. **FUMDHAMentos IX**, 2, p.189-195. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano, 2010.

_____; PESSIS, A. M. Serra da Capivara National Park, Brazil: cultural heritage and society. **World Archaeology**, v. 39, p. 406-416, 2007.

HOFFMAN, T. L.; KWAS, M. L.; SILVERMAN, H. Heritage Tourism and Public Archaeology. **The SAA Archaeological Record**, p. 30-33, 2002.

HUNTER, I. The History of Theory. **Critical Inquiry**, Vol. 33, n. 1, p. 78-112, 2006.

JUSTAMAND, M. As pinturas rupestres no Brasil: uma discussão atual. In: SOUZA, Edgar; GRILLO, José Geraldo Costa (Orgs.). **Olhares sobre a História do Brasil**. São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

_____. **O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres em São Raimundo Nonato – PI**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. **Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar**. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2012.

_____. Rochas de livres prazeres: ao registrarem práticas sexuais variadas em suas pinturas rupestres, nossos ancestrais demonstram que lidavam naturalmente com o corpo e os desejos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10, n. 109, outubro. Rio de Janeiro, 2014.

_____. **A mulher rupestre: Representações do feminino nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí**. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2014a.

_____. Representações das genitálias (falos e vulvas) nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí, Brasil). In: **XXVI Valcamonica Symposium 2015: prospects for the prehistoric art research 50 years since the founding Centro Camuno**. Capo di Ponte: Edizioni Del Centro, v. 1. p. 147-152, 2015.

_____; OLIVEIRA, G. F.; BELARMINO, V.; FUNARI, P. P. A. **Arqueologia da Violência: Representações de conflitos nas cenas de pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara – PI**. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2017.

LÉVI-STRAUSS, C. **Race et Histoire**. Paris, Gallimard, 2007.

LOMINE, L. Tourism in Augustan society (44 BC – 69 AD). In: WALTON, John K. (Ed.). **Histories of Tourism, Representation, Identity and Conflict**. Clevedon: Channel, 2005, p. 69-87.

MCLEOD, R. **The Library of Alexandria**. Centre of learning in the ancient world. New York, Tauris, 2005.

PATTERSON, T. **A Social History of Anthropology in the United States**. Oxford, Berg, 2001.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. Arte pré-histórica do Brasil: da técnica ao objeto. In: BARCINSKI, F. W. (Org.). **Sobre a arte brasileira: da pré-história aos anos 1960**. Editora Martins Fontes; Editora SESC: São Paulo, 2014.

POLONI, R. J. S. **A etnografia no Brasil: ciência e sociedade no contexto da democratização**. 2008. 154 f. (Mestrado em Arqueologia. Especialização em Teoria e Métodos da Arqueologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2008.

PRETZLER, M. Pausanias. **Travel writing in ancient Greece**. Bristol: Bristol Classical Press, 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Niède Guidon, a Juliana Poloni, a Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM; ao Instituto de Natureza e Cultura – INC, unidade acadêmica de Benjamin Constant, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e ao Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – Fapesp. Os autores agradecem também a Ana Isabel Mendieta, diretora do Depto. de Humanidades da Universidad el Bosque, em Bogotá, Colômbia, pelo tempo para pesquisa dado ao nosso colaborador colombiano.

Recebido em: 10 de Novembro de 2017

Aceito em: 12 de Dezembro de 2017

¹Docente do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, lotado no Instituto de Natureza e Cultura – INC, de Benjamin Constant. E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

²Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: ppfunari@uol.com.br

³Docente do Departamento de Humanidades. *Universidad el Bosque*, Bogotá, Colômbia. E-mail: aalarconj@unbosque.edu.com